



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA/PARFOR/CAPES/UEPB

IÊDA DA SILVA ARAÚJO

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR DO
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA - PB

GUARABIRA-PB

2014

IÊDA DA SILVA ARAÚJO

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR DO
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Taíses Araújo
da Silva Alves

GUARABIRA-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658i Araújo, Ieda da Silva
Inclusão de alunos surdos na escola regular do município de Alagoinha-PB [manuscrito] : / Ieda da Silva Araújo. - 2014.
34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profª Drª. Taisés Araújo da Silva Alves, Secretária de Educação à Distância".

1. Gestor Escolar. 2. Educação do Campo. 3. Inclusão Escolar. I. Título.

21. ed. CDD 370.111

IÊDA DA SILVA ARAÚJO

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR DO
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Aprovada em 02 / 08 / 2014

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Taíses Araújo da Silva Alves/UEPB
Orientadora

Profa. Ms. Luana Anastácia Santos Lima

Examinador (a)

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinador (b)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus por ter mim dado capacidade e a oportunidade de realizar este grande ideal na minha vida, mim fazendo acreditar que quando queremos algo, vale a pena ir a luta.

A minha querida e amada vovó, dona Aquilina que mim presenteou com seus 90 anos de vida neste mês de junho.

Aos meus pais Maria e Expedito que sempre acreditaram e mim ajudaram na realização dos meus sonhos.

Aos meus irmãos Éder, Marcelo e Marcio, pois família é a melhor coisa do mundo.

Ao meu amado esposo que sempre respeitou e entendeu minhas ausências aos sábados.

Aos meus primos Manuel e Adriano que sempre estiveram disponíveis para mim ajudar sempre que necessário.

A todos os meus colegas em especial a Rosangela, Luziana, Daniela, Marinete pela grande força nos momentos difíceis.

A todos os meus professores que contribuíram para meu desenvolvimento na minha formação como profissional.

A minha orientadora Dr^a. Taíses Araújo pela grande ajuda para o desenvolvimento deste trabalho.

Dedico este trabalho ao meu grande Deus.

A minha família.

Ao meu primo Raimundo (In Memoria).

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.”

(Mario Quintana)

RESUMO

Ao longo da história foi como se as pessoas com necessidades especiais tivessem vivido a parte, em um universo onde somente o núcleo familiar fazia parte. Enfim, a sociedade começa despertar no sentido de oferecer a esse grupo as condições que lhes são de direito. A escola também tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, onde a formação do professor é a mola propulsora da sociedade educacional inclusiva. Atualmente, a inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política de inclusão. Entretanto, o desempenho acadêmico e social de crianças surdas só pode ser alcançado se no espaço escolar forem contempladas suas condições linguística e cultural especiais e, portanto, se a língua de sinais fizer-se presente. Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão dos alunos surdos na rede municipal de ensino de Alagoinha – PB. Os objetivos específicos são: realizar levantamento sobre o número de deficientes auditivos e quantos encontram-se inclusos na escola regular; identificar quais as iniciativas da Secretaria de Educação para inclusão dos deficientes auditivos nas escolas; analisar a formação dos docentes para a inclusão dos surdos em sala de aula; discutir os desafios enfrentados pelos professores que possuem alunos surdos em sala de aula. Constitui uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada através de pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Os pressupostos teóricos que o fundamentam emanaram dos seguintes teóricos: Mantoan (1997), Sassaki (2006), Góes (1996), dentre outros. Essas mudanças no ensino, visíveis no município de Alagoinha, se configura como a busca de um novo modelo educativo, que contemplem os anseios da Educação Inclusiva, esta baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos.

Palavras- Chave: Gestor Escolar. Educação do Campo. Atribuições.

ABSTRACT

Throughout history was as if people with special needs had lived apart, in a universe where only the nuclear family belonged. Anyway, society begins to awaken in order to offer this group the conditions that are rightfully theirs. The school also has a fundamental role for the facilitation of learning and inclusion, where teacher education is the driving force of inclusive educational society. Currently, the inclusion of deaf students in regular education is a fundamental guidelines of inclusion policy. However, academic and social performance of deaf children can only be achieved at school their linguistic and cultural and special conditions are included, so if you do sign language is present. This study aims to describe the process of analyzing inclusion of deaf students in municipal schools of Alagoinha - PB. The specific objectives are: to carry out a survey on the number of deaf and how many are included in regular schools; identify which initiatives the Department of Education for inclusion of deaf people in schools; analyze the training of teachers for the inclusion of deaf people in the classroom; discuss the challenges faced by teachers who have deaf students in the classroom. Constitutes a qualitative, exploratory and descriptive, performed through a literature review and field study. The theoretical assumptions that underlie theoretical emanated from the following: Mantoan (1997), Sasaki (2006), Goes (1996), among others. These changes in teaching, visible in Alagoinha, is configured as the search for a new educational model that address the concerns of Inclusive Education, is based on principles and laws that recognize the need for education for all

Keywords: School Manager. Field Education. Assignments.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CESB – Campanhas de Educação do Surdo Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PENAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

LDB – Lei das Diretrizes de Bases da Educação Brasileira

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FUNAD – Fundação de Apoio ao Deficiente

IBC – Instituto Benjamin Constant

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RELATÓRIO DE FINAL DE ESTÁGIO	12
2.1 A Gestão Escolar.....	12
2.1.1 Estrutura Física.....	12
2.1.2 Aspectos Pedagógicos.....	13
2.1.2.1 Organização da Palestra.....	14
2.1.2.2 Análise sobre a apresentação da Palestra.....	14
2.1.3 Considerações finais sobre o Estágio em Gestão Escolar	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 Declaração de Salamanca.....	16
3.2 Histórico da Educação Especial no Brasil.....	17
3.3 Educação Inclusiva.....	21
3.3.1 Breve Histórico da Inclusão Escolar.....	22
3.3.2 Leis que garantem a Educação Inclusiva	23
3.3.3 Políticas Públicas Educacionais	24
3.3.4 Mudanças sofridas pelas escolas nos dias atuais.....	25
3.3.5 Inclusão ou Interação.....	25
3.3.6 Resumo da História dos Surdos.....	26
3.3.7 Libras.....	27
3.3.7.1 Por que Libras é uma língua?.....	27
4.METODOLOGIA	29
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1 Processo de Inclusão dos Alunos surdos na rede Municipal de Ensino de Alagoinha/PB.....	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

É imperativo que a sociedade, e, sobretudo a escola, abra de forma natural os espaços a quem tem alguma limitação física ou psicológica, modificando suas estruturas e serviços oferecidos, tornando-se a cada dia um lugar onde as pessoas de todos os tipos e inteligências possam sentir-se a vontade para desenvolver suas habilidades e aptidões de acordo com suas possibilidades, sendo reconhecidas pelas suas potencialidades e não discriminadas e excluídas por suas limitações.

Enquanto cidadã e educadora entendermos que somente através da educação as possibilidades de inclusão das pessoas com necessidades especiais podem se concretizar.

Sabemos que a inclusão de um indivíduo na sociedade depende do patrimônio cultural que ele recebe, isto faz da educação um pilar fundamental para o desenvolvimento deste, pois é objetivo da educação adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades, contribuindo na construção da personalidade e caráter de cada ser humano.

É inegável a necessidade de se pensar uma verdadeira revolução em todo o contexto educacional. A inclusão dos alunos com necessidades especiais é tarefa primordial nessa nova empreitada, para tanto é necessário a implementação de formação continuada para os educadores nesta área, mas principalmente para os que se encontram nas academias.

Atualmente, a inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política de inclusão. Entretanto, o desempenho acadêmico e social de crianças surdas só pode ser alcançado se no espaço escolar forem contempladas suas condições linguística e cultural especiais e, portanto, se a língua de sinais fizer-se presente; para tal torna-se necessário a inserção de intérpretes de língua brasileira de sinais (LIBRAS) e de educadores surdos, para a divulgação dos conteúdos escolares em LIBRAS (intérpretes) e para o desenvolvimento/aprendizagem da LIBRAS (educadores surdos) pelas crianças e profissionais da escola.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão dos alunos surdos na rede municipal de ensino de Alagoinha – PB. Os objetivos específicos são: realizar levantamento sobre o número de deficientes auditivos e

quantos encontram-se inclusos na escola regular; identificar quais as iniciativas da Secretaria de Educação para inclusão dos deficientes auditivos nas escolas; analisar a formação dos docentes para a inclusão dos surdos em sala de aula; discutir os desafios enfrentados pelos professores que possuem alunos surdos em sala de aula.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada através de pesquisa bibliográfica e estudo de campo.

Os pressupostos teóricos que o fundamentam emanaram dos seguintes teóricos: Mantoan (1997), Sasaki (2006), Góes (1996), dentre outros.

2 RELATÓRIO DE FINAL DE ESTÁGIO

2.1 A Gestão Escolar

O presente relatório tem a finalidade avaliativa em cumprimento as exigências da disciplina Estágio Supervisionado I, ministrado pelo docente José Otávio, visando a partir do estágio do Curso de Pedagogia do PARFOR na UEPB – Campus III.

A obtenção de informações se deu a partir de observações direcionadas a Gestão Escolar no período de 18 de agosto à 30 de setembro de 2012 .

Para finalização do estágio foi desenvolvida uma palestra que teve como tema a Violência Escolar – Bullying .

Através das observações foi desenvolvida uma palestra que teve como ponto principal mostrar a interação entre a direção e a sala de aula . Evidenciando assim, a importância da observação para a qualificação da área profissional, por possibilitar a construção da nossa identidade profissional, internalizando nossos valores e procurando desenvolvê-los.

2.1.1 Estrutura Física

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Barbosa de Lucena, está localizada na Rua Escritor Monteiro Lobato, no conjunto Luiz Germiniano de Albuquerque, na cidade de Alagoinha.

A mesma instalou-se no endereço citado a um curto período de 3 anos, pois foi necessário uma troca de prédio com a Escola Municipal Professora Lia Beltrão. O que foi lamentável, pois o antigo prédio da escola era amplo e repleto de recursos.

Sendo assim, a estrutura física da escola apresenta pequena parte, na qual acolhe aos profissionais da educação e aos 441 alunos distribuídos entre séries e turmas, nos turnos manhã e tarde, a noite fica disponível para utilização do Programa Brasil Alfabetizado. Formada então por, 9 salas de aula, 1 secretaria, 1 diretoria, 1 cantina, 5 banheiros, sendo 2 masculinos, 2 femininos e 1 para os funcionários, a escola possui 1 almoxarifado e 1 dispensa.

Há uma necessidade de harmonia entre a estrutura física e os aspectos pedagógicos utilizado pela instituição e professores, devido a mudança ocorrida, já

citada acima, deixando a desejar em muitos aspectos, mas principalmente na área de lazer para os educandos.

2.1.2 Aspectos Pedagógicos

A administração da instituição Escola Municipal de Ensino Fundamental José Barbosa de Lucena é feita de forma bem organizada com a interação da direção, supervisores, professores e demais profissionais que auxiliam no âmbito escolar.

A mesma é representada pela gestora Maria Selma do Nascimento que possui formação do nível superior na área de Direito, Licenciatura em Letras, Linguística e no momento cursa mestrado.

O quadro de funcionários desta instituição de ensino é formada por 30 funcionários, sendo 17 professores, 6 auxiliares de serviços gerais, 2 digitadores, 1 diretor, 1 vice – diretor, 2 secretários e 1 vigia.

Assim como a Gestora, 15 educadores já são formados e 2 estão cursando nível superior. São ótimos profissionais que se empenham na construção de uma melhor educação, superando as dificuldades do dia-a-dia com a ajuda de ótimos materiais enviados pelo MEC.

A Escola possui seu Projeto Político Pedagógico, elaborado de acordo com a realidade de sua comunidade, sendo assim com os parâmetros necessários.

2.1.2.1 Organização da Palestra

A palestra que apresentamos na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Barbosa de Lucena foi de fundamental importância para finalizamos nosso relatório.

Nos reunimos para então decidimos o tema a ser abordado na palestra. de acordo com observações e diálogos concluímos á necessidade de abordar o tema Violência na Escola-Bullying. Sendo que com o tema escolhido procuramos conscientizar o aluno sobre o quanto a pratica do bullying é prejudicial ao ser humano

Convidamos o professor Leandro que é integrante do CREAS – Centro de Referências Especializado de Assistência Social, para ministrar a palestra, que foi apresentada às turmas de 4º e 5º ano, durante o turno da tarde, na própria Escola,

com a duração de 1 hora e 30 minutos, contando também com a presença dos professores das respectivas séries, Francisca e Jucelina.

2.1.2.2 Análise sobre a apresentação da Palestra

A palestra organizada pela equipe teve como intuito desenvolver um belo trabalho para de tal modo possibilitar um horizonte mais amplo, além do aprofundamento dos estudos em relação a Violência na Escola, o atual Bullying que foi despertado pelas instituições educacionais para que a conscientização desse problema seja eficaz para sua solução e melhor desenvolvimento escolar dos educandos.

Aceitando nosso convite o palestrante, integrante do CREAS, Leandro apresentou o tema já citado, as turmas de 4º e 5º ano, constando 60 alunos presentes no momento, as professoras das referentes turmas e nossa equipe.

Para a realização da palestra foram cedidos os materiais de apoio pela escola como: o data show, e demais materiais necessários para a realização da palestra.

As informações transmitidas durante a palestra foram de suma importância para a compreensão do que realmente se trata o Bullying, causou também bastante curiosidade entre os alunos que por sinal ficaram a vontade para tirarem suas dúvidas, e também foi útil para identificar e reprimir a prática do Bullying dentro e fora do ambiente escolar, buscando sempre que necessário a ajuda de familiares e apoio dentro da escola. Pois agir sozinho contra as ações dos praticantes de Bullying é impossível e merece advertência para que não volte a ser praticado.

No primeiro momento, iniciou-se um diálogo com os alunos explanando sobre o tema em forma de uma pergunta chave: Você já viu uma dessas cenas em algum lugar? As cenas eram mostradas e observadas pelos alunos, para então serem comentadas pelos mesmos, fazendo com que percebessem que aquelas cenas infelizmente estão em seu cotidiano, camufladas muitas vezes como uma brincadeira. Assim foi explicado e dado nome aquelas cenas: Bullying.

No segundo momento foi generalizado a expressão do Bullying, identificando-o em três palavras: Agressão, Humilhação e Sexual. Também foi mostrado a diferença entre uma simples brincadeira e a prática do Bullying, trazendo para a realidade o que a vítima do mesmo passa em questão de constrangimento. Neste

momento os alunos contaram suas experiências, deixando claro que essa situação pode ser vivenciada por qualquer pessoa.

Foram caracterizados diversos aspectos psicológicos que são encontrados em pessoas que passam pela terrível experiência do Bullying.

Diante do tema abordado, percebemos que há um grande desafio quanto ao Bullying, perante a sociedade, sendo necessário conhecimento para que seja sempre debatido nas instituições de ensino com o intuito de ao menos, minimizar seu impacto no desenvolvimento escolar dos educandos.

2.1.3 Considerações Finais sobre o Estágio em Gestão Escolar

O Estágio Supervisionado a Gestão Escolar nos fez entender através das observações que a Gestão Escolar é uma globalização da escola como um todo e que a gestora deve estar consciente da realidade do seu cargo e dos problemas enfrentados pela instituição de ensino.

O Estágio é extremamente importante, pois é o início da prática escolar, onde surgem e são repassadas as ideias, a maneira de se fazer democracia, ajudando o docente na reflexão do pensamento, focando mudanças, aperfeiçoamentos em sua prática.

Concluimos que a experiência do Estágio contribui no processo de esclarecimento sobre a prática da Gestão Escolar, através disso podendo conhecer melhor a realidade do trabalho da instituição.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Declaração de Salamanca

O maior desafio para a escola neste início de século é cumprir com a eficiência a proposta de inclusão, ou seja, desenvolver um trabalho visando uma educação para todos. Essa é a proposta da Declaração de Salamanca a qual refere-se à diversidade humana e à necessidade de promover o respeito por meio da educação humana.

Diante dessa afirmação vejamos algumas das propostas da declaração de Salamanca.

- Toda criança tem o direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Aquelas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular que deve acomodá-las dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A declaração de Salamanca aconteceu na Espanha, nos dias 7 e 10 de junho de 1994, realizada em Salamanca e a mesma demanda que os governos atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de SUS sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

- Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de .

O enunciado acima refere-se à declaração de salamanca onde podemos analisar que a mesma contribuiu para o fortalecimento da educação inclusiva em todo o mundo, além de contribuir para modificações futuras nas políticas publicas. As instituições de ensino devem oferecer atendimentos adequados de acordo com as necessidades dos alunos, mas essas ações estão sendo feitas de certa forma lentamente mais o que é mais importante é que elas estão respeitando as pessoas e suas diferenças.

A estrutura de ação em educação especial, adotada pela conferencia mundial em educação especial, tem como principio:

[...] o dever das escolas acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. O desafio que confronta a escola inclusiva e no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades de acolher uma sociedade inclusiva. (BRASIL,1994).

3.2 Histórico da Educação Especial no Brasil

A Educação inclusiva no Brasil passou por todo um processo e para entendermos melhor o mesmo usamos as concepções de Mazzota (1996), para ele o processo histórico da educação inclusiva no Brasil pode ser dividido em três períodos, sendo que em cada um destes tem suas características e os avanços que permearam essa modalidade da educação.

1º) Período de 1854 a 1956 – iniciativas oficiais e particulares isoladas:

O atendimento escolar especial às pessoas com deficiência teve inicio, no Brasil, no final da década de cinqüenta e inicio da década de sessenta do século XX.

Foi em 12 de setembro de 1854 que, D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Em 17 de maio de 1890 Marechal Deodoro da Fonseca, e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, assinaram o Decreto nº 408, mudando o nome do Instituto para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento.

Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto nº 1320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC). Três anos após a criação do IBC, em 26 de setembro de 1857, D. Pedro II fundou, também no Rio de Janeiro, o Instituto do dos Surdos-Mudos.

Em 1957, cem anos após sua fundação, pela Lei nº 3.198, de seis de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com a instituição do IBC e do INES, abriu-se possibilidade de discussão da educação de pessoas com deficiência, no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882.

Em 1950, metade do século XX, já havia quarenta estabelecimento de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial e deficientes mentais.

Em 1964, foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE, o centro ocupacional Helena Antipoff. O objetivo deste centro era proporcionar habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do seminino.

No dia 22 de maio de 1971, a APAE-SP inaugura o Centro de Habilitação de Excepcionais. Este passa a ser, a primeira unidade multidisciplinar integrada para a assistência a deficientes mentais e formação de técnicos especializados na área de deficiência mental.

Podemos perceber que no primeiro período aconteceram apenas iniciativas isoladas onde as mesmas de forma significativa contribuíram para o início da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais.

2º) Período de 1957 a 1993 – Iniciativas oficiais de âmbito nacional:

No segundo período o governo federal assumiu o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais onde o mesmo passou a criar

campanhas especificamente voltadas para estes e a partir daí elas foram chegando ao conhecimento de algumas das pessoas.

A primeira a ser instituída foi a Campanha para Educação de Surdo Brasileiro – C.E.S.B – pelo Decreto Federal nº 42.728, de três de dezembro de 1957. Instalada no INES, no Rio de Janeiro, tinha por finalidade promover as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território Nacional.

Em 1958, pelo Decreto nº 44236 de 1º de agosto, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao IBC, no Rio de Janeiro.

Uma outra campanha foi instituída em 1960, com a influencia de movimentos liberados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ambos no Rio de Janeiro. Foi instituída em 23 de setembro de 1960, pelo Decreto nº 48.961, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, a CADEME. (MAZZOTTA, 1996).

A partir de 1960 o Brasil tem experimentado crescimento significativo, com características marcantes na educação especial, o que constituem fatores decisivos para que assim pudessem propagar uma concepção de deficiência. A ampliação não só significou o incremento do atendimento aos quadros patológicos incorporados pela educação especial, mas passou a englobar sujeitos cujas dificuldades são decorrentes de processos sociais e de escolarização inadequados.

No final da década de 1970, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares. Até mesmo alunos com deficiências importantes, que não haviam sido atendidos no passado, começaram a receber serviços educacionais nas escolas regulares. Integração escolar é um movimento que visa acabar com a segregação, favorecendo, assim as interações sociais de estudantes deficientes com estudantes normais.

O processo de integração sofreu uma verdadeira evolução nas últimas décadas. Nos anos 80, esse movimento se intensifica, uma vez que a classe regular é reconhecida como o melhor ambiente pedagógico para o aluno portador de necessidades especiais se desenvolverem. Conseqüentemente a educação especial adquirirá uma nova significação, passando a ser uma modalidade de ensino destinada não apenas aos deficientes, mas uma educação especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar,

adequadas à heterogeneidade das aprendizagens, proporcionando uma educação para todos.

3º) Período de 1990 até os dias atuais.

O terceiro momento percorre dos anos 90 até os dias atuais. No terceiro período surge o conceito de educação inclusiva, com a Declaração de Salamanca, que é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência.

A inclusão é uma opção que não é incompatível com a integração, mas é um movimento que vem questionar políticas, organização das estruturas escolares regulares e especiais, sendo a meta principal não deixar ninguém no exterior da escola regular. A inclusão tem um caráter de reunir alunos com e sem dificuldades, funcionários, professores, pais, diretores, enfim todas as pessoas envolvidas com a educação (MANTOAN, 1997).

Em 20 de dezembro de 1996, é sancionada a atual LDB (Lei 9394/96), baseada no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores como a inclusão da educação infantil (Creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

O artigo 58 da LDB relata: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Atualmente, inclusão trata justamente de aprender a viver com o outro, estar como outro e cuidar uns dos outros. Ela trata, sim, das diversidades e das diferenças. A inclusão se torna uma oportunidade e u catalisador para a construção de um sistema democrático melhor e mais humano (MANTOAN, 1997).

No início de tudo percebemos que a coisa já estava sendo feita mas de uma forma bem escondida, em 1957 o governo federal passou a criar campanhas para que pessoas portadoras de necessidades especiais fossem atendidas de acordo com a isonomia, que apartir dos anos 90 declaração como a de Salamanca fez toda a diferença visando uma educação igualitária para todos.

3.3 Educação Inclusiva

A educação inclusiva é uma educação voltada de todos para todos onde os ditos “normais” e os portadores de necessidades educacionais especiais poderão aprender uma com os outros no dia-a-dia e uma depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade e esse é um dos maiores desafios a todos os profissionais da educação.

O conceito de inclusão é:

- Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança de sua residência;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes regulares;
- Propiciar aos professores da classe regular um suporte técnico;
- Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes;
- Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência;
- Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum do ensino regular (MERCH, 200, p.1)

O conceito de inclusão não é:

- Levar crianças as classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado;
- Ignorar as necessidades específicas das crianças;

- Fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades;
- Extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo;
- Esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico.

A educação inclusiva deve atender esses educandos com qualidade, mas tem que dar condições e especializações aos profissionais para que o desenvolvimento aconteça. Ao percebermos que uma pessoa tem uma determinada deficiência, primeiramente ela deve ser encaminhada aos profissionais especializados como psicólogos, neuropediatras, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e pedagogos especializados entre outros. Isso é de extrema importância para o desenvolvimento físico e também cognitivos.

A Inclusão é uma inovação cujo sentido tem sido muito distorcido, é um movimento muito polemizado pelos mais diferentes meios educacionais e sociais. No entanto inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos a educação e assim diz a constituição(MONTOAN, 1997, p.42).

3.3.1 Breve Histórico da Inclusão Escolar

Antes do século XX as pessoas não tinham ideia do que era inclusão e a maioria delas principalmente mulheres deficientes físicas e mentais, de outras raças e classes sociais não tinham direito de frequentarem a escola.

Já no século XX inicia-se a segregação, onde os demais passam a ter acesso a escola porém de forma isolada e separada das classes dominantes, e na metade deste século surgem as escolas especiais que atendem crianças deficientes e mais tarde dentro das escolas comuns as salas especiais.

Na década de 70 chega a integração onde as escolas comuns aceitavam alguns alunos nas classes comuns mas esses alunos tinham que adapta-se a forma de trabalho da escola o que dificilmente acontecia.

Chegamos aos anos 90 e com eles a inclusão onde apareceram os primeiros movimentos de pessoas com deficiências e seus familiares lutando pelos seus direitos na sociedade e a conquista de tudo isso se deu graças a educação.

3.3.2 Leis que garantem a Educação Inclusiva

A garantia dos direitos de pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil teve um grande avanço nesta área como podemos ver.

- A constituição Federal (1988), Art. 208;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996;
- A Lei da Pessoa Portadora de Deficiência . a Lei nº 7853/1989.
- O Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei 7853.
- A Lei nº 10098/2000, sobre a acessibilidade.
- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000)

Na área de educação essas leis e decretos voltados para pessoas com necessidades educacionais especiais acreditam e determinam que elas devem ser oferecidas nas redes regulares de ensino.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394/96, no capítulo III. Art. 4º, e inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O capítulo 5º da LDB, trata apenas de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58 parágrafo 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender as necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Se em uma sala regular com inclusão tiver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

3.3.3 Políticas Públicas Educacionais

Durante muito tempo as pessoas com deficientes eram mantidas totalmente isoladas do mundo e a partir da década de 60 as pessoas passaram acriar movimentos antissegregacionistas e a partir dos anos 80 esses movimentos começaram a ser realizados em diferentes países.

Já no Brasil esse processo teve inicio a partir da criação da CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), em 1986 que passou a promover ações que pudessem garantir a entrada dos alunos com deficiência nas escolas de forma permanente.

A declaração de Salamanca que é o plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais ela é uma das responsáveis que lotou pela educação inclusiva de forma geral.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foram elaborados preceitos de uma escola em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo [...].

A atual proposta da Educação Brasileira em relação ao aluno com necessidades especiais prioriza a inclusão deste aluno em rede regular de ensino. Sendo assim a escola deve disponibilizar recurso e tecnologia assistiva, afim de promover condições plenas de aprendizagem igualitária às crianças com deficiência onde elas devem ter as mesmas oportunidades que as demais crianças.

Os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nelas tanto quanto estão na sociedade eliminar todas as barreiras físicas programáticas e atitudes que venham permitir às pessoas com necessidades especiais a ter acesso aos serviços, lugares, informações e bem necessário ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Assim, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de SUS membros. (CLEMENTE FILHO, 1996, p.5).

Acredito que a sociedade já tem feito muito para acabar com a inclusão, mas ainda à muito o que se fazer, pois, o preconceito ainda é muito grande diante de

peças com deficiências e uma das melhores formas de acabar com tudo que a inclusão deve começar na educação familiar juntamente com escola e comunidade. Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades (HALLAHAM E KAUFFMAM, 1994).

A sala de aula é um dos melhores lugares para aprendermos a lidar com a diversidade e é aí que a educação inclusiva faz a diferença onde o aluno passa a entender que são diferentes, mas não inferiores.

3.3.4 Mudanças sofridas pelas escolas nos dias atuais

Sabemos que hoje em dia a inclusão é considerada uma ação mundial com grande liderança sendo apaixonada até mesmo pela organização das Nações Unidas (ONU) e com isso as escolas estão passando por um processo de reforma e reestruturação nas políticas sociais, onde a mesma assegura que as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pelas escolas devem ser dada a todos os alunos.

Na escola inclusiva não há mais a divisão entre ensino especial e ensino regular, pois ele é o mesmo para todos e o que é mais importante respeitando as diferenças.

3.3.5 Inclusão ou Interação

A diferença é que na inclusão a escola acolhe a todos os alunos de braços abertos e se adapta para recebê-los já que a interação é o aluno que tem que adaptar-se as suas exigências e por acaso isso não acontecer dirão que o aluno não está apto.

De acordo com SASSAKI (2006), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total. Para isso, a escola, como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos.

E no melhor dos casos a integração desloca esse aluno para uma sala especial dentro da própria escola separando-o das turmas normais. Já a inclusão é incompatível com a integração pois ela defende o direito de todos, a freqüentarem as salas de aula regulares e a estarem juntos independentemente de suas necessidades.

3.3.6 Resumo da História dos Surdos

A história dos surdos já vem sendo estudada durante muito tempo, desde a idade antiga antes de cristo, entre os mais interessados estavam, filósofos, médicos, monges, escritores, políticos, em fim houve opiniões contra e a favor dos direitos dos deficientes auditivos.

Segundo as antigas leis judaicas os surdos eram protegidos como criaturas privilegiadas que se comunicavam em segredo com Deuses. Já na China os surdos eram lançados ao mar como sacrifício ao célebre “Deus Teutates”. Na Grécia eles eram considerados incapazes para o raciocínio e por isso eram condenados a morte, sendo lançados abaixo de rochedos.

Bartolo Della fez a primeira referencia a possibilidade do surdo aprender por meio da língua de sinais ou da língua oral. Através deste estudos muitos foram contra a língua de sinais , entre eles Alexandre Graham Bell onde o mesmo acreditava que ela era imprecisa e que iria prejudicar a fala. Mas as opiniões eram diversas e também tinham pessoas que eram a favor como Eduard Huert que chegou ao Brasil sob aprovação de Dom Pedro Segundo para abrir a primeira escola de educação para surdos.

Com o passar do tempo os deficientes auditivos foram conquistando seu espaço e um dos principais responsáveis é a fundação FENEIS – FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. E hoje algumas emissoras de televisão já tem suas exibições legendadas para ajudar o surdo a entender melhor o que se passa.

A LIBRAS embora já conhecida só teve seu conhecimento legalmente no Brasil, em 24 de Abril de 2002, ou seja, faz apenas doze anos que foi implantado em nosso país. Outra conquista importante é que LIBRAS hoje está inserida nas universidades juntamente com o curso de Letras.

3.3.7 Libras

Na década de 1980, iniciou-se um movimento que buscou soluções para esta realidade, por meio da incorporação das línguas de sinais das comunidades surdas às práticas educacionais –educação bilíngüe. Esta proposta educacional preconiza que o surdo deva ser exposto o mais precocemente possível à língua de sinais, identificada como a língua passível de ser desenvolvida por ele sem que sejam necessárias condições especiais de "aprendizagem" e, posteriormente, que lhe seja ensinada a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, tomando como base, para esta aprendizagem, os conhecimentos adquiridos em língua de sinais. A implantação desta prática exige formação de profissionais fluentes em língua de sinais, conhecedores das práticas de ensino de segunda língua.

A LIBRAS (Linguá Brasileira de Sinais) teve sua origem na Língua de Sinais Francesa. As línguas de Sinais não são universais. Cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional. Como qualquer outra língua, ela também possui expressões que diferem de região para região (o regionalismo), o que a legitima ainda mais como língua.

A LIBRAS é a língua natural da maioria dos surdos brasileiros e é reconhecida no Brasil pela Lei 10.436/2002 e pelo Decreto lei 5.626/2005.

Algumas pessoas pensam ou imaginam que a comunicação com os surdos se dá por meio de mímica ou gestos usuais, mas mistura de gestos naturais e mímicas, pois ela possui uma estrutura gramatical própria com níveis lingüísticos como fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. A LIBRAS está em constante evolução; e o que diferencia as línguas de sinais das demais línguas orais é a sua modalidade visual-espacial.

3.3.7.1 Por que Libras é uma língua?

A LIBRAS como as demais línguas possui uma estrutura gramatical própria como quaisquer outras línguas orais é comparável em complexidade, expressividade, porém, utiliza-se de outro canal comunicativo, isto é, a visão ao invés da audição.

A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem no Brasil e pode que pode variar de um Estado para outro ou até mesmo de uma cidade para outra pode ter diferença.

4 METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada através de pesquisa bibliográfica e estudo de campo junto as Secretarias de Saúde e Educação do município para coleta de dados e entrevistas exploratórias junto aos docentes. Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, embora diferem quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (BOGDAN & BIKLEN, 1994). O mecanismo da pesquisa quantitativa é o mecanismo por onde se tenta obter resultados significativos, evitando-se assim distorções de análise e interpretação. Possibilitando, conseqüentemente, uma grande margem de segurança quanto às inferências (RICHARSON, 1999).

Para a realização do trabalho, foi promovida uma revisão bibliográfica e documental com o intuito de enriquecer as informações para fins comparativo. A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a aplicação de um questionário contendo questões subjetivas, onde o professor e pode demonstrar seus conhecimentos relativos a cada pergunta. Este questionário foi elaborado a partir da literatura de textos correlacionados ao tema explorado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Processo de inclusão dos alunos surdos na rede municipal de ensino de Alagoinha-PB

No município de Alagoinha o processo de inclusão se dar através de cursos, onde o próprio município disponibiliza transporte para que esses professores possam ir até a FUNAD em João Pessoa fazerem um curso LIBRAS com duração de dois anos.

O grupo de 10 docentes que estão em formação no momento iniciaram seus estudos em 2012 e será finalizado em 2014. Ao final desta etapa o professor-cursista poderá submeter-se a uma avaliação e, se obter sucesso poderá iniciar um curso de intérprete para ajudar ainda mais na inclusão dos alunos surdos na escola regular.

O município de Alagoinha aderiu ao PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC), que trabalha com professores do 1º ano 3º ano. Dentre os materiais fornecidos para o processo de formação docente, há módulos dirigidos especialmente para a formação voltada para a inclusão das crianças com necessidades especiais.

Este ano duas dessas professoras que fazem curso na FUNAD darão início ao processo de alfabetização dos alunos que tem deficiência auditiva que estão em sala e aula. Em nosso Município as Escolas Municipais José Barbosa de Lucena e a Severino Flaviano Cavalcante, receberam uma sala de recursos cada para trabalharem com alunos especiais.

Portanto, os problemas tradicionais apontados como característicos da pessoa surda são produzidos por condições sociais. Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem (GOES, 1996, p.38).

É necessário que se crie condições de aprendizagem para todos e isso inclui professor e aluno já que a maior dificuldade é a falta de linguagem.

Após a análise dos dados foi possível concluir que no município de Alagoinha/Pb, encontra-se 20 deficientes auditivos, com idade de 12 a 40 anos, estes possuem problemas de aprendizagem tendo em vista que são de famílias

pobres o que dificulta sua inclusão no ambiente escolar, porém com a atuação da assistência social, foi possível matriculá-los nas escolas da rede municipal e da rede estadual, porém inicialmente não existia professores qualificados para tratar estes alunos com igualdade, mas após a qualificação de alguns professores do município foi dado um melhor atendimento, um atendimento que está respaldado na dignidade da pessoa humana.

Conclui-se também que a secretaria de educação do município de Alagoinha, atualmente conta com programas que priorizam a qualidade dos docentes que pertencem ao quadro efetivos deste órgão, para que possibilite um melhor atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, tais cursos são promovidos em parceria com a FUNAD e o PNAIC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observarmos que a educação vem sofrendo modificações ao longo da sua história. A partir dessa concepção, temos que: Todos os sistemas existentes, só são passíveis de mudança, quando este passa a incomodar o regime de imposição de seus governantes. A escola tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, onde a formação do professor é a mola propulsora da sociedade educacional inclusiva.

Essas mudanças no ensino, em busca de um novo modelo educativo, contemplam os anseios da Educação Inclusiva, que baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos, deixa bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno, e não o contrário. E, em segundo, que o professor, considerado o agente determinante da transformação da escola, seja preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos.

Este estudo indica que o município de Alagoinha tem dado passos na direção da criação de espaços inclusivos para os alunos surdos, no entanto essas ações ainda precisam ser melhor pensadas e desenvolvidas de maneira a desencadear processos de reflexão mais amplos que gerem transformações efetivas nas práticas escolares. Hoje, com todo o apoio recomendado para uma melhor condição possível de inclusão escolar, o processo esbarra nas marcas centenárias de um atendimento educacional especial orientado por perspectivas médicas organicistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: [HTTP://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/Liberato/psicologia/INCLUSÃO.htm](http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/Liberato/psicologia/INCLUSÃO.htm). Acessado em 03/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial. V. \$, nº1, Janeiro/Junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael, **Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.** Livro Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa. A Alfabetização de crianças com deficiência. Uma proposta inclusiva. Educação Especial. Brasília 2012.

MANTOAN. Maria Tereza Egler. **Ser ou Estar, eis a questão: Explicando o Déficit Intelectual.** Rio de Janeiro: WWA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão : Construindo uma sociedade para todos.** &^a Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VELOSO, Édem/MAIA, Valdeci, Livro “Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez, volume 1 e 2. Editora Mãos Sinais.

Mattos LC. A educação especial de deficientes auditivos: uma proposta de intervenção. São Paulo.1996.

Ministério da Educação e Cultura. Saberes e práticas da inclusão. In: Ministério da Educação e Cultura. Salto para o futuro: educação especial: Surdez. 2.ed. Brasília, DF:MEC,SEESP, 2005.

Lacerda CBF. **O intérprete de Linguas de sinais no contexto de uma sala de alunos ouvintes:** problematizando a questão. In: Lacerda CBF, Góes MCR, organizadores. Surdes: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise; 2000.

Clemente Filho, 1996,p.5 apud Bernardo (2007). Representação de Docentes sobre a Inclusão Escolar de Alunos com Síndrome de Down na E.M.E.F. Severino Flaviano Cavalcante, Alagoinha-PB.

BOGDAN, R. C & BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação.** Porto: Porto Editora LTDA, 1994.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Método e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.71.

SIQUEIRA, D. C. T. **Relação professor-aluno**: uma revisão crítica. Disponível em: [conteudoescola](#). Acesso em 16 julho de 2014.